



## **Posição do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda**

### **Análise do programa do governo Educação.**

(pp.103 - 110)

#### **1- Os problemas da Escola Pública não podem servir para a diminuir**

O programa do atual governo começa por fazer uma análise muito negativa da Educação e da Escola Pública, apontando como fragilidades a degradação das aprendizagens; a instabilidade social (professores e restante comunidade educativa) e a falta de professores, para além de referir a ausência de soluções reformistas e a degradação da escola que afeta as famílias mais desfavorecidas e os resultados dos alunos.

Este retrato, embora foque aspetos pertinentes, tem uma carga demasiado negativa e redutora da Escola Pública, cujo exagero, cria um clima de suspeição e fragilidade, podendo vir a legitimar projetos alternativos com base num suposto “caos” verificado.

Ora isso não é verdade porque, apesar dos problemas, a Escola Pública mantém um vigor e uma ação verdadeiramente central no desenvolvimento dos cidadãos e do país, necessitando de investimentos e políticas que a fortaleçam e qualifiquem e não de mudanças de rumo ou ações que desvirtuam a sua essência.

O Bloco defende intransigentemente a Escola Pública e o seu reforço através do investimento e não de qualquer projeto complementar, fundamentado na suspeição generalizada do ensino público. Em nenhuma circunstância se deve desinvestir ou desviar recursos para o privado, como a salvação de um sistema onde os resultados menos bons e os supostos problemas verificados, justifiquem o contributo da “excelência” do privado.

As escolas não se medem pelos resultados dos alunos em exames, nem se podem comparar contextos e populações diferentes. A escola mede-se pelo sucesso no desenvolvimento de inúmeras capacidades e “muitas vezes” pelo não insucesso de uma população heterogénea, contribuindo para os percursos de cada um, proporcionando um conjunto de princípios, valores e um leque de competências abrangentes e nunca se focando na competição, no fatalismo ou na culpabilização do indivíduo.

#### **2- Propostas centrais são sinais de alerta**

Neste programa adquirem centralidade diversas ideias, como o aprofundar da municipalização e foco em mais poder ao diretor, invertendo o desejável caminho de democratização e valorização de uma escola com voz e partilha. Fala num novo modelo de autonomia, mas não concretiza em que moldes.



Por outro lado, retira o poder decisor do ME, passando a regulador, o que, articulado com a alteração da Lei de Bases, pode abrir caminho a desigualdades nos concursos, no financiamento e nas políticas, resultando, por exemplo, em disparidades, com prejuízo para regiões e escolas mais desprotegidas.

Não se pode aceitar o desinvestimento, as transferências para as autarquias ou CCDR, nem tão pouco a revisão da Lei de Bases sob pretextos difusos ou intenções nebulosas, sem concretizar o que efetivamente se vai mudar.

Também não se pode aceitar uma suposta revisão curricular e das aprendizagens essenciais, bem como do modelo avaliativo, baseado em ideias vagas, ou ideia nenhuma. Recordamos os ataques recentes feitos a tantas matérias, ou áreas disciplinares fundamentais, onde uma direita preconceituosa quer usar a escola como campo para omitir e desinformar.

A proposta de tornar mais transparente a divulgação pública de dados estatísticos de monitorização, remete-nos para uma comunicação baseada em rankings e números, acentuando a promoção da educação privada, com o risco de mais transferências financeiras. Neste âmbito, o regresso dos exames nacionais no 4º e 6º ano, revelam o objetivo que se pretende, reduzindo o sistema educativo à preparação dos alunos para os resultados e valorização das melhores notas.

Não há uma ideia estrutural para a Escola Pública, nem respostas realmente eficazes, apresentando um conjunto medidas genéricas, desconexas, sem concretização e não fundamentadas, que causam grande preocupação. Outro exemplo disso é a intenção de “apoiar as famílias carenciadas que frequentam o ensino particular e cooperativo”, em alternativa ao reforço da resposta pública. Não podemos permitir o regresso da suposta “liberdade de escolha” com todos os contribuintes a financiar o negócio da educação.

Sem sustentação ou concretização de tantas medidas, tudo pode acontecer, desde a empresarialização das escolas (como ocorre nas universidades), ao retrocesso em matéria curricular, ao primado de critérios economicistas, a concursos sediados em autarquias ou nos diretores, passando por colocar em risco toda a matriz de valores e objetivos da Escola Pública.

### **3- Combater a falta de professores sem melhorar a carreira**

Para além da recuperação do tempo de serviço, não há objetivamente medidas que melhorem a carreira e os salários dos professores. Mesmo assim já se percebeu que irá diluir-se no tempo deixando de fora muitos profissionais. Tivesse sido iniciada em 2019 e estaria já concretizada, não fosse a recusa do partido que sustenta o Governo de mão dada com o PS. Por este andar, não há dúvida que estamos perante um logro, que não beneficiará a maioria dos docentes, estando o Governo a jogar com o passar do tempo e



com um faseamento penalizador para quem vai chegando aos últimos escalões ou à reforma. Tantos que irão ver a sua reforma reduzida devido a não recuperarem os anos efetivamente trabalhados a tempo. Era fundamental que todo o tempo fosse tido em conta em 3 anos ou na carreira ou no cálculo para a reforma.

Defendemos que uma das bases para captar novos professores, motivar os que estão e preparar o futuro, faz-se através da construção de uma carreira digna e valorizada, em termos de progressão, horários respeitados e atualização salarial justa. A atratividade da carreira seria crucial para combater a falta de professores, nomeadamente o fim das quotas nas vagas de acesso aos 5º e 7º escalões, para futuro, que não é mais que uma forma de congelamento de tempo, encapotado, que cria mais assimetrias nas carreiras e ultrapassagens.

Não se encontram medidas estruturais que possam aumentar o número de professores, a não ser umas promessas de melhoria salarial no início da carreira e apoios à fixação, mas deixando inalterável uma carreira injusta e subvalorizada, com travões na progressão e uma avaliação subjetiva e penalizadora, que não é mais do que uma forma economicista de impedir o que está previsto no ECD, que é uma carreira de 34 anos para se chegar ao topo, e não de 45 anos como se verifica atualmente. Levantam-se igualmente questões sobre a dimensão das alterações a fazer no Estatuto da Carreira Docente e com que objetivos.

Ao contrário, propõem-se ainda o regresso de docentes fora do sistema e o recurso a horas extraordinárias, que terão forte resistência dos profissionais, já desgastados e desmotivados, propondo-lhes mais do mesmo. Sem rejuvenescimento da profissão não haverá transmissão intergeracional e sem condições de trabalho não haverá professores. Abre-se a porta ao baixar da fasquia das habilitações, ao aumento de alunos por turma e aos contratos de associação, com a carreira dos docentes a ser gerida por interesses de rentabilidade e baixos direitos, com tabelas salariais desfavoráveis e colocações pelo perfil de resignação.

Por outro lado, são referidas ideias nefastas como a alteração dos concursos sem concretizar quais, mas avançando com a introdução de outros fatores de colocação como a avaliação ou outros, abrindo a porta à discricionariedade, à cunha e a amiguismos, pondo em causa a justiça e a igualdade. Sabendo como funciona o modelo de avaliação de desempenho, há receios fundados de que se possa destruir o sistema de colocação, para modelos por escola, por regiões ou zonas, com critérios que podem favorecer a instabilidade profissional, o medo e o afastamento de docentes menos “dóceis”.

#### **4- Junção de ciclos com que critérios?**

A fusão do 1º e os 2º e 3º ciclos não passa de uma vaga intenção, sem qualquer proposta objetiva. Numa altura em que faltam professores, não seria de excluir que este Governo aproveitasse essa fusão com fins economicistas, baixando a fasquia, alterando a carreira docente e piorando as condições de trabalho, tornando muitos deles itinerantes, em vez de partir dos critérios que devem presidir a esta mudança e que têm a ver com diminuir o fosso



das transições e dotar as escolas com os docentes qualificados, bem como espaços e materiais para essa transição.

### **5- Rever ou Reverter o Regime de Inclusão?**

A proposta de revisão da lei da inclusão parece positiva, mas o pano de fundo da mesma é desanimador. Não se anuncia investimento na criação de condições e recursos nas Escolas Públicas, nem em centrar a inclusão no ensino regular. Foca-se o investimento em apoios técnicos especializados, numa visão redutora da inclusão e dependente do exterior, enquanto se abre a porta à “decisão dos pais no percurso escolar dos seus educandos”, o que pode significar um retrocesso na institucionalização dos alunos com deficiência ou necessidades específicas, ou o retrocesso a um modelo médico terapêutico contrário à inclusão. Tudo isto acompanhado pelas transferências verbas respectivas, que tanta falta fazem no público para equipas próprias, assistentes operacionais, docentes especializados, parcerias em aula, acompanhantes, tutorias e outras funções de apoio efetivamente centradas na inclusão dos alunos nas escolas públicas, nas turmas e nas aprendizagens curriculares, em vez de caminhos paralelos segregados.

### **6- A Educação dos 0 aos 3 será pública ou dependente do setor social e privado?**

A proposta de integrar a educação dos 0 aos 3 anos de idade no Ministério da Educação, Ciência e Inovação é uma batalha antiga do Bloco de Esquerda e terá de ser efetivada através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, o que seria positivo.

A ideia da universalidade e da gratuidade de creche é igualmente uma proposta do Bloco de Esquerda, sendo que no pré-escolar a oferta pública já é de 60% e deve continuar a crescer devido às necessidades.

Já a concretização de uma rede de creches, não deixa claro se a oferta do Estado se fará com uma aposta forte de criação de creches públicas, ou se irá manter ou reforçar a contratualização com os setores privados, social e cooperativo, como fez o Governo do PS, aumentando as transferências para estes setores, causando dependência de uma resposta que deveria ser complementar, mantendo desigualdades na carreira dos profissionais e desviando os investimentos necessários para a criação de uma rede pública de caráter pedagógico e não assistencial.

Grupo de Trabalho de Educação do Bloco de Esquerda  
13 de maio de 2024